



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
9º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

INSTRUÇÕES

Verifique, com muita atenção, este Caderno de QUESTÕES que deve conter 36 (trinta e seis) questões objetivas, sendo 4 (quatro) referentes a Língua Portuguesa, 8 (oito) referentes a cada grupo de disciplinas de Direito (Teoria Geral do Processo, Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional) e 4 (quatro) questões discursivas, sendo 1 (uma) referente a cada Grupo de disciplina (Teoria Geral do Processo, Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional). Constatando qualquer anormalidade (impressão defeituosa, página sem impressão), solicite imediatamente a substituição do caderno.

Verifique também o Caderno de RESPOSTAS que deve conter 4 (quatro) páginas, 1 (uma) referente a cada grupo de disciplinas, com os campos para as respostas.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA

NÃO ESQUEÇA de assinar o CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA.

Não efetue qualquer marcação nos campos destinados à atribuição de graus.

Qualquer tentativa de identificação nas folhas de resposta, conduta ilícita ou em desacordo com as normas deste certame implicará a eliminação do candidato.

Os espaços de resposta são LIMITADOS, de sorte que cabe ao candidato apurar quanto à concisão do texto escrito, uma vez que não serão consideradas quaisquer anotações fora do espaço apropriado.

Use SOMENTE caneta esferográfica PRETA ou AZUL nas Folhas de Resposta.

Serão fornecidas 2 (duas) folhas de rascunho que NÃO serão consideradas para efeito de correção, sendo estas, obrigatoriamente, devolvidas pelo candidato ao final da prova.

O Exame terá duração de 4 (quatro) horas que deverão ser utilizadas para a realização da prova objetiva, da prova subjetiva e, inclusive, para a marcação do cartão de respostas.

CONFIE EM VOCÊ E BOA SORTE !



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
9º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

PROVA OBJETIVA

GRUPO I - LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de 1 a 4 referem-se ao texto seguinte.

DISTORÇÃO NA REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR.

Os deputados federais representam a população de cada estado no Congresso. Isso quer dizer que, de forma ideal, em qualquer ponto do país, cada deputado deveria representar o mesmo número de eleitores. Isso garantiria que o voto de cada brasileiro tivesse o mesmo valor, especialmente considerando que a distribuição de cadeiras do Senado já garante uma instância na qual todos os estados têm representação igual, independentemente de sua população.

A constituição, porém, limita o número de deputados por unidade da federação em, no mínimo, oito e no máximo 70.

Dessa forma, não há uma verdadeira proporcionalidade. Por causa dessa limitação, nas eleições de 2006 o estado de São Paulo precisou de mais de 314 mil votos para eleger um deputado federal, enquanto em Roraima, unidade da federação com o menor número de eleitores, foram necessários pouco mais de 23 mil – uma diferença de mais de 13 vezes. Isso porque todos os votos válidos de Roraima somaram 188 mil e foram suficientes para ocupar oito cadeiras na Câmara pelo critério do número mínimo de parlamentares por estado.

Um dos principais motivos da desproporção na eleição de deputados federais foi o Pacote de Abril, conjunto de regras eleitorais promulgado em 1977 pelo então presidente Ernesto Geisel. As mudanças visavam a impedir uma vitória da oposição ao regime militar nas eleições de 1978. No pacote ficou decidido que a quantidade de cadeiras passaria a ser definida pelo número de habitantes, e não mais pelo número de eleitores. Com isso cresceu a representação nos estados mais pobres, onde havia muitos analfabetos – que não votavam então. Nesses estados, o regime militar tinha mais apoio popular.

No entanto, a distorção na representação existe desde a proclamação da República. Como o critério que define um mínimo e um máximo existiu a maior parte do tempo, os estados mais populosos sempre tiveram menos deputados federais do que deveriam pela proporcionalidade.

(Almanaque Abril 2009, página 68)

1- Pode-se inferir do texto.

- a) Em qualquer lugar do país, cada Deputado representa o mesmo número de eleitores.
- b) O Senado Federal não representa os estados.
- c) O principal motivo da desproporção na eleição de deputados foi o Pacote Abril.
- d) Em 1977 houve mudanças nas regras eleitorais.

2 - Sem prejuízo de sentido, a locução “no entanto” (último parágrafo) pode ser substituída pelo vocábulo:

- a) por isso
- b) logo
- c) também
- d) contudo

3 - Marque a opção em que não ocorre erro de regência verbal.

- a) Fique atento nessas explicações.
- b) Carlos aspira uma situação melhor.
- c) Prefiro feijão a arroz
- d) O chefe quer informações sobre onde você vai.

4 - Assinale a opção em que todas as palavras obedecem às mesmas regras de acentuação gráfica.

- a) análise, ciência, café.
- b) pé, bíceps, tolerância.
- c) hambúguer, oxítonas, república.
- d) pá, pontapé, cipó.

GRUPO II - TEORIA GERAL DO PROCESSO

5 - A respeito dos prazos e da comunicação processual, tendo em conta as seguintes assertivas:

I - Citação é o ato pelo qual se integra o demandado à relação processual angularizada. Deferida a inicial, determinará o juiz a citação do réu para, querendo, apresentar sua defesa. Não havendo citação válida, nenhum ato processual poderá ser validamente realizado. A *querella nullitatis* pode ser argüida a qualquer tempo, por qualquer forma. Pode ocorrer, entretanto, o comparecimento espontâneo do réu ao processo, hipótese em que a ausência de citação será suprida. A citação deve ser feita diretamente ao réu ou a seu representante legal ou ao seu procurador com poderes especiais.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
9º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

II - Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que ele faça ou deixe de fazer alguma coisa. O CPC não distingue intimação de notificação.

III - No sistema legal vigente, há prazos não somente para as partes, mas também para os juízes e seus auxiliares. O efeito da preclusão, todavia, só atinge as faculdades processuais das partes e intervenientes. Daí a denominação de prazos impróprios, para os fixados às partes, e de prazos próprios aos órgãos judiciários, já que da inobservância destes não decorre consequência ou efeito processual.

IV - Os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do de vencimento. Ou seja, o começo se dá no dia da intimação do prazo, se neste dia houver expediente forense;

Assinale a alternativa certa:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas I, II e III estão corretas.
- c) As assertivas III e IV estão incorretas.
- d) Somente a assertiva II está correta.

6 - A respeito da ação, tendo em conta as seguintes assertivas:

I - Segundo Liebman, a ação é o direito subjetivo que consiste no poder de produzir o evento a que está condicionado o efetivo exercício da função jurisdicional.

II - A ação é um direito concreto que atua independentemente da existência ou inexistência do direito substancial que se pretende fazer reconhecido e executado.

III - O reconhecimento da ausência de pressupostos processuais redundará na declaração de carência de ação, ou seja, ausência do direito de ação.

IV - Pretensão é a exigência de preavalecimento do interesse próprio sobre o de outrem, enquanto a ação é apenas o direito de obter uma solução para a lide (pretensão resistida).

Assinale a alternativa certa:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) As assertivas II e III estão incorretas.
- c) Somente a assertiva II está incorreta.
- d) As assertivas I, II e III estão corretas.

7 - A respeito da coisa julgada, é correto afirmar:

- a) É lícito às partes discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.
- b) Fazem coisa julgada os motivos, se importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- c) Faz coisa julgada a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença.
- d) Denomina-se coisa julgada material a qualidade que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

8 - Quando o Ministério Público intervier no processo como fiscal da lei, terá vista dos autos:

- a) depois das partes, e poderá juntar documentos que entender necessários ao descobrimento da verdade.
- b) antes das partes, e poderá requerer diligências necessárias ao descobrimento da verdade.
- c) depois das partes, mas não será intimado de todos os atos do processo, devendo comparecer ao cartório para acompanhá-lo.
- d) antes mesmo das partes, para apontar ou sanar qualquer falha que possa impedir o regular trâmite processual.

9 - Com o intuito de combater a violência nos estádios de futebol, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei Federal nº 12.345/09, que estabelece *processo para julgamento de crimes relacionados com práticas esportivas*, nos seguintes termos:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os torcedores acusados de violência nos estádios de prática esportiva profissional serão julgados por órgãos especialmente criados para tal.

Parágrafo único: O magistrado ao qual caberá a jurisdição será escolhido pela entidade representativa das vítimas no prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência do crime.

Art. 2º. Nos processos a que se refere o artigo 1º será adotado rito sumaríssimo, com instrução e julgamento concentrados em audiência única, na qual poderão ser somente 5 (cinco) testemunhas de defesa, que deverão comparecer independente de intimação.

Art. 3º. Quando se tratar de acusado membro de torcida organizada, dispensar-se-á a motivação da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

9º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

sentença condenatória.

Art. 4º. Da sentença caberá apenas recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal por violação de dispositivo constitucional, não cabendo qualquer recurso quando não houver tal violação.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Como Procurador-Geral da República, ao avaliar a constitucionalidade da mencionada lei com vistas à propositura de eventual ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta:

- a) o Art. 1ª ofende o princípio do juiz natural.
- b) o Art. 2º ofende o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- c) o Art. 3º ofende o princípio da motivação das decisões.
- d) o Art. 4º ofende o princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.

10 - O procedimento comum é:

- a) ordinário ou especial de jurisdição contenciosa;
- b) ordinário ou especial de jurisdição voluntária;
- c) ordinário ou sumário.
- d) ordinário ou especial.

11 - Tendo em conta as seguintes assertivas:

I - A organização judiciária envolve a estrutura de seus órgãos e organismos e das relações entre o Estado e seus agentes, regendo suas normas sobre a Justiça e sua autonomia, a estrutura judiciária, a composição dos juízos em todos os graus de jurisdição, o regime da Magistratura e os períodos de trabalho forense.

II - O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores são órgãos do poder judiciário da União, com jurisdição em todo o território nacional e sede na capital federal. Já os Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Eleitorais são órgãos componentes da estrutura do poder judiciário dos estados-membros.

III - A competência dos órgãos jurisdicionais compreende, além das características da matéria a decidir, uma limitação territorial e uma sede do juízo. A justiça federal de primeiro grau divide-se em seções judiciárias dirigidas por juízes federais, as quais abrangem o Distrito Federal e cada um dos

Estados, tendo sede nas respectivas capitais.

IV - Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, bem como o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo ambos, a advocacia e o Ministério Público, órgãos do Poder Judiciário.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a alternativa I está correta.
- b) As assertivas I e III estão incorretas.
- c) As assertivas II e IV estão incorretas.
- d) As assertivas I, II e IV estão corretas.

12 - Leia o excerto abaixo e, com base nele e em seus conhecimentos, assinale a alternativa incorreta:

“(...) a preclusão consiste – fazendo-se um paralelo com figuras do direito material, como a prescrição e a decadência – na perda de “direitos processuais”, que pode decorrer de várias causas. Assim como acontece com o direito material, também no processo a relação jurídica estabelecida entre os sujeitos processuais pode levar à extinção de direitos processuais, o que acontece, diga-se, tão freqüentemente quanto em relações jurídicas de direito material. A preclusão é o resultado dessa extinção, e é precisamente o elemento (aliado à ordem legal dos atos, estabelecida na lei) responsável pelo avanço da tramitação processual.” (MARINONI, Luiz Guilherme Marinoni e ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do Processo de Conhecimento*. 3ª Ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2004, p. 665.)

- a) Ocorre a preclusão lógica quando a parte realiza validamente a faculdade lhe assinalada pela lei. A apresentação de um recurso dentro do prazo que a lei fixa para a sua interposição é um exemplo desta espécie de preclusão.
- b) A ocorrência de preclusão gera nova situação jurídica processual, essencial para a sequência do procedimento, constituindo, portanto, causa motriz do andamento processual.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
9º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

- c) A consumação da denominada preclusão *pro judicato* impede que o magistrado, após prolatar a decisão terminativa de mérito no processo (sentença), profira outra ou altere o seu conteúdo.
- d) A preclusão manifesta-se em razão da necessidade de que as diversas etapas do processo se desenvolvam de maneira sucessiva, sempre para frente, mediante fechamento definitivo de cada uma delas, impedindo-se o regresso a etapas e momentos processuais já extintos e consumados.

GRUPO III - DIREITO CIVIL

13 - Exemplo de ato ilícito (*lato sensu*) do qual podem advir consequências jurídicas de conteúdo patrimonial para seu autor, independentemente de sua culpa (*stricto sensu*), é

- a) o abuso de direito e o enriquecimento sem causa em detrimento de terceiro
- b) a hipótese de ação danosa motivada pelo estado de necessidade
- c) a hipótese enquadrada na chamada responsabilidade objetiva
- d) aquele praticado por motivo de força maior e caso fortuidade

14 - Considerados os requisitos necessários para a instituição de uma associação civil (não empresária), a lei dispensa (ou, não exige) a indicação do seguinte:

- a) modo de constituição dos órgãos deliberativos
- b) forma de gestão administrativa
- c) montante do capital social
- d) deveres dos associados

15 - A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com:

- a) a inscrição do ato constitutivo no registro civil próprio ou na junta de comércio, se empresária
- b) a aprovação do estatuto ou do contrato social pelo órgão competente
- c) a assinatura do ato constitutivo pelos criadores (fundadores) do ente jurídico

- d) a publicação do registro no Diário Oficial do Estado onde tem sede

16 - A fundação de direito privado, situada no Rio de Janeiro, pode ter seu estatuto reformado ou alterado, com a aprovação do Ministério Público, observado o seguinte quorum:

- a) 2/3 dos membros competentes para gerir e representar tal ente jurídico
- b) maioria absoluta dos membros fundadores
- c) 3/5 dos membros integrantes da administração ou gestão
- d) maioria simples dos membros eleitos para a administração

17 - A anulação de negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com seu representado, se tal fato era (ou devia ser) do conhecimento de quem com aquele tratou, subordina-se, no prazo indicado e à seguinte condição, configurando hipótese relacionada ao instituto que se menciona:

- a) até 180 dias da conclusão do negócio, ou de cessação da incapacidade, tratando-se de decadência
- b) de 2 anos, de cessação da incapacidade ou conclusão do negócio, por ser prazo decadencial
- c) até 5 anos, do conclusão do negócio ou de sua execução, por ser prazo prescricional
- d) de 120 dias, da cessação da capacidade, se em prejuízo de menor, tratando-se de prescrição

18 - Assinale a alternativa ERRADA, dentre as seguintes:

- a) a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis
- b) os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei
- c) é possível haver novação objetiva de obrigação natural
- d) para o Código Civil, o silêncio, em regra, importa anuência

19 - Assinale a alternativa correta, dentre as seguintes:

- a) não havendo disposição em contrário, as pertenças seguem a sorte do bem principal, objeto do negócio jurídico
- b) para a configuração da mora *ex re* é prescindível a interpelação do devedor
- c) na cessão de crédito civil, o cedente responde, em regra, pela existência do crédito e pela solvência do devedor
- d) a solidariedade somente pode resultar da vontade das partes



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
9º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

20 - Não são pessoas jurídicas de direito privado as instituições denominadas ou qualificadas como:

- a) partidos políticos
- b) organizações religiosas
- c) autarquias
- d) fundações

GRUPO IV - DIREITO PENAL

21 - Marque a alternativa correta:

- a) Os crimes materiais não exigem resultado naturalístico.
- b) O crime culposo admite a tentativa.
- c) O crime habitual não admite a tentativa.
- d) O crime omissivo próprio admite a tentativa.

22 - Marque a alternativa correta:

- a) A pena do crime tentado será a do consumado, diminuída de 1/3 a 1/2.
- b) Em relação ao momento do crime, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria da atividade.
- c) As normas temporárias não são ultra-ativas.
- d) A contagem do prazo prescricional é interrompido pelo oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

23 - Marque a alternativa incorreta:

- a) Ultra-atividade é o mesmo que retroatividade da norma.
- b) A lei que deixa de considerar o fato como criminoso retroage para extinguir a punibilidade.
- c) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença, regula-se pelo limite máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- d) No concurso de crimes, a extinção da punibilidade em razão da prescrição deve ser verificada tendo por base a pena de cada um, isoladamente considerada.

24 - Marque a alternativa incorreta:

- a) No crime omissivo próprio, o omitente tem o dever jurídico de evitar o resultado e, portanto, por este responde.
- b) A emoção e a paixão não excluem a imputabilidade penal.
- c) É cabível legítima defesa real contra legítima defesa putativa.
- d) O Código Penal Brasileiro adotou a teoria limitada da culpabilidade.

25 - Considera-se de menor potencial ofensivo o crime:

- a) cujo máximo da pena privativa de liberdade cominada seja igual ou inferior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja rito especial.
- b) cujo mínimo da pena privativa de liberdade cominada seja igual ou inferior a 1 (um) ano.
- c) cujo máximo da pena privativa de liberdade cominada seja igual ou inferior a 2 (dois) anos.
- d) cujo mínimo da pena privativa de liberdade cominada seja igual ou inferior a 1 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja rito especial.

26 - Os dois institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099, de 1995, são:

- a) as penas alternativas e o perdão judicial;
- b) a transação e a suspensão condicional da pena.
- c) a transação e a suspensão condicional do processo.
- d) a transação e a celeridade processual.

27 - X recebe regularmente, com uso de cartão magnético, o benefício previdenciário de sua mãe, de quem é procurador. Após o falecimento de sua genitora, deixando de comunicar o fato ao INSS, ele continua a receber o benefício. Em relação à conduta de X, pode-se afirmar corretamente que:

- a) é típica, porém jurídica, dado o estado de necessidade que se presume.
- b) é beneficiada pelo princípio da bagatela.
- c) configura estelionato e será apenada com 1 a 5 anos de reclusão ou multa.
- d) é estelionato contra a Previdência Social, previsto no art. 171, caput e § 3º, do Código Penal.

28 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) O crime é dito doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; e culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- c) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
9º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

d) Fica isento de pena o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.

GRUPO V - DIREITO CONSTITUCIONAL

29 - São atribuições do Ministério Público Federal:

- a) exercer a defesa judicial da União Federal, em causas que envolvam interesses difusos;
- b) prestar consultoria a órgãos públicos, desde que federais e da administração direta;
- c) exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar;
- d) expedir notificações nos procedimentos judiciais de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los.

30 - Um município editou lei obrigando todo estabelecimento bancário instalado em seu território a pagar multa de R\$200,00 (duzentos reais) ao consumidor, toda vez que ele esperar atendimento por mais de 20 (vinte) minutos na fila da agência bancária. Em relação à situação hipotética acima, assinale a opção correta:

- a) A lei é inconstitucional porque cabe aos Estados legislar sobre as competências residuais da Constituição Federal de 1988, inclusive sobre o tempo para atendimento e funcionamento das agências bancárias.
- b) A lei é inconstitucional porque cabe à União legislar sobre instituições bancárias e sistema financeiro nacional.
- c) A parte da lei que dispõe sobre multa é inconstitucional porque somente lei federal ou o Banco Central podem fixar sanção pecuniária e aplicá-la à instituição bancária infratora.
- d) A lei é constitucional, na medida em que cabe aos municípios dispor sobre o tempo de atendimento nas agências localizadas em seu território.

31 - No texto da Constituição Federal encontra-se explicitamente o princípio:

- a) Da proporcionalidade, no tocante à ponderação de valores

constitucionais.

b) Do duplo grau de jurisdição, no que concerne ao processo civil.

c) Da eficiência, com relação à administração pública.

d) Da proteção à boa-fé, no tocante às relações jurídicas contratuais.

32 - Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I – julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do presidente da República, dos ministros de Estado e do Procurador-geral da República;

II – julgar os conflitos de competência entre tribunais de justiça estaduais;

III – julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o estado, o Distrito Federal ou o território;

IV – julgar, em recurso ordinário, o crime político.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

33 - No tocante aos direitos e garantias fundamentais consagradas na Constituição Federal é correto afirmar:

- a) As penas de banimento restringem-se a caso de guerra declarada.
- b) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por seu interrogatório policial
- c) A prática de tortura é considerada crime imprescritível.
- d) O brasileiro naturalizado não poderá ser extraditado após a naturalização, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou de condenação por crime contra a segurança nacional.

34 - Assinale a opção correta sobre as ações constitucionais adiante especificadas:

- a) A ação popular é cabível para o cidadão atacar ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
9º Exame Conjunto de Seleção de Estagiários da Procuradoria Regional da República - 2ª Região
e da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

- b) O *habeas data* é o meio apropriado quando a falta de norma reguladora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) São sempre gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança, e na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- d) O mandado de injunção será concedido para assegurar o conhecimento de informações, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, relativas à pessoa do impetrante.

35 - Assinale a alternativa correta sobre a atuação do Poder Executivo de acordo com a Constituição Federal:

- a) Compete privativamente ao Presidente da República acreditar representantes diplomáticos estrangeiros, com a autorização previa do Senado Federal.
- b) O Ministro das Relações Exteriores é membro nato do Conselho de Defesa Nacional.
- c) Os Ministros de Estado são escolhidos entre brasileiros natos maiores de vinte e um anos e que estejam no exercício dos direitos políticos.
- d) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país.

36 - Prescreve o artigo 5º, XV, da Constituição da República: "é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens". Trata-se de uma norma constitucional de eficácia:

- a) limitada, na medida em que não é auto-aplicável.
- b) plena, mas com possibilidade de restrição através de lei.
- c) limitada, na medida em que sua aplicação depende de regulamentação por lei.
- d) contida, com aplicação imediata, mas com possibilidade de restrição.

PROVA SUBJETIVA

QUESTÃO I - TEORIA GERAL DO PROCESSO

Liebman reformulou a Teoria de Carnelutti, sustentando que a ação é o direito, poder jurídico que a parte tem para pedir tutela jurisdicional, isto é, o julgamento do pedido formulado. A ação não é o direito a sentença favorável, mas a sentença de mérito. Liebman dá especial destaque às condições da ação, colocadas como verdadeiro ponto de contato entre a ação e a situação de direito material.

A partir da assertiva supra aponte quais são as condições da ação, conceituando-as (**máximo de 25 linhas**).

QUESTÃO II - DIREITO CIVIL

Faça a devida distinção entre validade, nulidade, anulabilidade e ineficácia do negócio jurídico (**máximo de 25 linhas**).

QUESTÃO III - DIREITO PENAL

Crime é o fato típico, antijurídico e culpável. Certo ou errado?

Disserte sobre esses três elementos da dogmática penal (**máximo de 25 linhas**).

QUESTÃO IV - DIREITO CONSTITUCIONAL

Discorra sobre o conteúdo e âmbito de aplicação do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal, cujo teor está redigido nos seguintes termos (**máximo de 25 linhas**):

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:
(...)

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”